

LUTAR, RESISTIR! VIOLAÇÕES DO DIREITO À MORADIA E RESISTÊNCIA POPULAR NAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO EM TEMPOS DE MEGAEVENTOS.

Universidade Federal Fluminense – Departamento de Geografia
Programa de Educação Tutorial – Núcleo de Pesquisa T.I.R (Territórios, Identidades e Resistências)

André Abreu
Beatriz Reis
Michel Couto
Renata Seade
Thiago Damas
Willian Gonçalves

Resumo: Este artigo trata das intensas transformações socioespaciais que tem ocorrido atualmente na cidade do Rio de Janeiro devido à conjuntura relacionada aos megaeventos. Assim, o artigo contextualiza certas lutas pelo direito à cidade, à moradia digna e contra políticas urbanas classistas e racistas. Além disso apresentam-se aqui formas de organização e luta contra as práticas violadoras dos direitos humanos além de analisar e evidenciar as estratégias desenvolvidas pelo Estado aliado ao capital para desarticular os movimentos de resistência.

Palavras chaves: Rio de Janeiro; Megaeventos; Remoção; Direitos Humanos; Favela; Resistência

INTRODUÇÃO

A ação de diferentes sujeitos formadores da sociedade e seus diferentes projetos faz do espaço um campo de correlações de forças, sendo este um elemento essencialmente político sobre a organização social. Dessa maneira, o espaço é conflituoso, e, enquanto técnica e produção social, ele é carregado de intencionalidade. O ordenamento urbano consiste na multiplicação de repertórios simbólicos e ações de poder no território, podendo ser esse ordenamento proveniente de atores superestruturais (Estado, empresas) ou de sujeitos orgânicos (movimentos sociais, associação de moradores, ações coletivas). Não se trata aqui de uma dicotomia, pois em diversos casos esses atores se inter cruzam e formam uma teia de relações complexa.

Dos barões de café aos empresários de condomínios de luxo, o Estado têm atendido as preocupações empresariais das elites, deixando os setores sociais mais básicos (moradia, transporte, saneamento) à revelia. Tais setores não apresentam importância em si para o Estado, só se investe neles quando podem potencializar um projeto, atribuindo eficácia ao modelo econômico adotado. O ordenamento territorial urbano é, portanto, fruto e semente da constituição do Estado Moderno, que trás consigo uma racionalidade funcional da cidade enxergando-a como mercadoria. Está engendrado na administração pública um alinhamento jurídico-político e ideológico alicerçado a um modelo de gestão e ocupação da cidade que condiciona a reprodução do

capital financeiro a nível global, intensificando a fragmentação e segregação do espaço da cidade.

Dentre as diversas transformações no espaço urbano do Rio de Janeiro, nos debruçamos para algumas obras recentes que vêm sendo executadas na Zona Oeste da cidade. Tal recorte espacial é, metodologicamente, um esforço para a compreensão das mudanças da região, onde está localizada a favela Vila União de Curicica, na qual realizamos uma pesquisa militante e temos aprendido bastante sobre o papel da resistência frente a projetos que violam os direitos humanos. A comunidade é alvo de um corredor de ônibus expresso que liga a Barra ao aeroporto Galeão. Denominado Transolímpica, esse projeto será melhor problematizado no final desse artigo.

Violação do direito à moradia é uma constante nas cidades que foram sede dos megaeventos, que desde os anos 80 se caracterizam pelos fortes processos de transformação urbana. África do Sul, China e Índia, assim como aqui no Brasil, foram e são palco para as remoções que dão lugar aos estádios, aeroportos e obras de infraestrutura em geral.

O projeto de construção das grandes vias para as Olimpíadas (Transoeste, Transcarioca, Transolímpica) é estratégico para o desenvolvimento neoliberal do Rio de Janeiro através da afirmação do transporte rodoviário e da valorização imobiliária. Não por acaso as novas grandes vias estão sendo construídas na Zona Oeste do Rio de Janeiro.

As transformações no Rio de Janeiro fazem parte de um contexto onde a organização de megaeventos são parte do planejamento urbano estratégico aos moldes da cidade capitalista neoliberal. A cidade na globalização neoliberal é parte fundamental do processo de acumulação. O papel do Estado, ao contrário do que é muito propagandeado, não diminui, pois o Estado é agente importantíssimo nas transformações. Porém, este papel se altera, já que o Estado agora transforma a cidade o mais agradável possível para os investimentos. Pra transformar a cidade nesse paraíso para os investimentos se faz fundamental a criação de um consenso sobre tudo que for feito. Assim, toda crítica feita é vista como ação contra a cidade. A competição entre essas cidades à venda são também fundamentais, visto a necessidade de ser mais competitivo que as cidades concorrentes.

Os Jogos Olímpicos 2016 (nos quais grande parte das competições acontecerá na Zona Oeste) são vistos com bons olhos pelos atores hegemônicos do espaço urbano (leia-se incorporadoras, imobiliárias, empreiteiras e o Estado), pois são uma boa oportunidade de vender o modelo de desenvolvimento urbano que proporciona uma acumulação capitalista ainda maior por parte dessas empresas. Isso explica as violentas remoções forçadas em determinadas áreas. São áreas de fronteira econômica, para onde se expandem os empreendimentos impulsionados pelas imobiliárias, construtoras e incorporadoras. Como uma imobiliária vende a ideia de que foi criada uma “Barra Olímpica” em uma área rodeada de favelas? Não vende. A acumulação capitalista, para os produtores hegemônicos do espaço, só é possível mediante a espoliação da população pobre local, entendida por estes como um obstáculo.

O fato é que o cenário atual do Rio de Janeiro nos apresenta transformações que sem dúvida trazem um modelo de desenvolvimento às custas da expulsão de populações mais pobre dessas regiões, seja através da elevação do custo de vida ou através da força bruta do Estado, removendo à força parcelas dessa população.

No entanto, em contrapartida ao modelo de cidade empresa, amplamente defendido e promovido pelos atores hegemônicos da produção do espaço urbano, há os movimentos que lutam pelo direito à cidade, bem como outros movimentos que, se não o reivindicam diretamente, o exercem a partir da afirmação de seu direito de produzir o

espaço urbano segundo suas necessidades e vontades coletivas. Os movimentos sociais que questionam os megaprojetos urbanos e se opõem de algum modo a projetos dessa natureza, lutam por seu direito à voz e participação na produção e organização da cidade. Isto evidencia um conflito de interesses entre os que veem o espaço apenas como uma via para a acumulação capitalista e os que veem no espaço a reprodução de seu cotidiano e uma possível via para garantir seus direitos.

2. A cidade Olímpica: Reordenamento Territorial na Zona Oeste do Rio de Janeiro

Na medida em que novos objetos geográficos são criados a partir de um conjunto de técnicas, objetivando viabilizar ou dinamizar práticas sociais se produz espaço. A cidade nos trás em sua paisagem a leitura de uma acumulação de diferentes tempos históricos e suas técnicas carregadas de intencionalidade para suprir demandas da organização social de cada período. Assim, a cidade se expande, levando a fronteira urbana a avançar no horizonte. Essa fronteira chega ao que hoje é conhecido como Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro em meados do século XX quando se alavanca seu processo de urbanização. Antes desse período, a região se destacava por sua produção agrícola e de pescado que abastecia as áreas centrais da cidade.

A construção das grandes vias para as Olimpíadas de 2016 afetou bairros como Barra da Tijuca, Recreio, Jacarepaguá, Madureira e Penha, só para citar alguns exemplos. Segundo o *Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas Rio de Janeiro* de 2013, as obras do Projeto Transcarioca já removeram no mínimo cerca de 532 famílias em diversos lugares, tais como Vila das Torres, Arroio Pavuna, Largo do Tanque, Rua Quáxima e Comunidade do Campinho. As fontes desse dossiê mostram que as obras do Projeto Transoeste já removeram no mínimo 537 famílias em lugares como a Comunidade Restinga, Vila Harmonia, Comunidade Vila Recreio II, Notredame e Vila Amoedo. A Prefeitura ainda prevê uma série de remoções para as obras tanto da Transcarioca como da Transoeste. Ainda segundo o dossiê, embora a Transolímpica não esteja em fase de muitas remoções, há diversas desapropriações previstas para as obras da via.

A Zona Oeste corresponde a uma regionalização ampla. Corresponde a cerca de 60% da área do município e abriga mais de 2 milhões de habitantes, abrangendo bairros populosos como Campo Grande, Jacarepaguá, Barra da Tijuca, Sepetiba, Santa Cruz entre outros. O processo de ocupação da região acontece de forma bem heterogênea, variando desde compra e venda de loteamentos, usucapião, empreendimentos imobiliários, etc. Dentro desse recorte regional, daremos enfoque à Área de Planejamento 4 (AP4)¹ delimitada pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Área essa que abrange, dentre outros municípios, nosso eixo de interesse. A saber: Barra da Tijuca-Jacarepaguá-Curicica.

O crescimento urbano da Barra da Tijuca apresenta características particulares, levando em consideração e evolução urbana de outras áreas da cidade. À medida que o capitalismo se reconfigura nos diferentes tempos históricos, trás consigo novas formas de acumulação e novas contradições que se materializam no espaço. A política econômica do Regime Militar Brasileiro, pós golpe de 1964, intensificou o processo de concentração de renda e, no Rio de Janeiro, criou um órgão especializado para remover favelas das áreas mais nobres, denominado Coordenação de Habitação de Interesse

¹ A Área de Planejamento 4 conta com 18 bairros; são eles: Jacarepaguá, Anil, Gardênia Azul, Cidade de Deus, Curicica, Freguesia, Pechincha, Taquara, Tanque, Praça Seca, Vila Valqueire, Joá, Itanhangá, Barra da Tijuca, Camorim, Vargem Pequena, Vargem Grande, Recreio dos Bandeirantes e Grumari.

Social da Área Metropolitana (CHISAM). Com isso a Zona Sul se transforma em um reduto das elites, contando com casas luxuosas e morros livres de ocupações de pobres que “teimavam” manter-se no local. Grande parte da população favelada foi erradicada e os que tiveram sorte foram para conjuntos habitacionais distantes de onde levavam suas vidas como a Vila Kennedy (as margens da Avenida Brasil em Bangu) e outros ficaram completamente marginalizados do direito a moradia.

A renda concentrada nas mãos de poucos acumulou e os investimentos precisavam se expandir, o que levou a um processo intenso de especulação imobiliária expandindo a zona rica da cidade para São Conrado e Barra da Tijuca. Mas uma vez, o papel do Estado foi de favorecer a infraestrutura necessária para o mercado industrial-imobiliário, ao invés de investir em outras áreas da cidade que necessitavam de setores básicos.

Data do fim da década de 60 a construção da primeira etapa da Auto-Estrada Lagoa Barra, um investimento caríssimo que inclui a perfuração de vários túneis e a construção de um trecho em pistas superpostas encravadas na rocha. (...) é através dessas novas vias que o núcleo metropolitano se expande. (...) o Estado – em associação com o capital privado – já vem investindo grandes somas na sua [Barra da Tijuca] “preparação” (abertura de estradas e ruas, pavimentação, iluminação pública, instalação de infraestrutura, etc.), em detrimento de investimentos mais urgentes e mais necessários que poderiam ser realizados nas zonas suburbanas da cidade ou na periferia metropolitana. (ABREU, 2008)

Na Barra da Tijuca a ocupação do solo passa a acontecer sob a égide da propriedade privada do solo, obedecendo à nova tendência do capitalismo. A relação de propriedade antecede esse período, antes já existia propriedade privada. Porém o capital era mais fixo e se apresentava majoritariamente numa escala local, onde se estabelecia uma relação mais direta entre proprietário e comprador. Além disso, ocupações e títulos de propriedade adquiridos através de usucapião eram práticas comuns na realidade da cidade. Com a volatilização do capital, através do rentismo e da financeirização da economia, o espaço passa a ser produzido tendencialmente como mercadoria, sendo mais uma fonte de matéria prima para a acumulação do capital. Seu valor de troca passa a sobrepor o valor de uso. Assim, o solo urbano fragmentado passa a ser vendido em fatias tornando-se intercambiável no mercado. Essas fatias são vendidas para grupos de empresários que especulam a área até que haja um maior fluxo de investimentos naquela região.

O Estado apresenta um marco zero e juntamente com o capital privado investe em obras de saneamento, infraestrutura e áreas de lazer valorizando economicamente a região. A partir daí são construídos uma série de condomínios corporativos, escritórios com sedes de multinacionais, formando uma teia de nível global entre capital financeiro, capital industrial e capital imobiliário que, no jogo do desenvolvimento desigual e combinado da cidade, mercantilizam solo urbano, conforme aponta CARLOS (2011) *apud* PINTO (s/data):

A reprodução do capital financeiro – através da produção de edifícios de escritórios voltados à realização dos setores modernos da nova economia que se instala na metrópole – se realiza através das novas articulações entre os capitais individuais e privados, setores diferenciados sob o comando do Estado. Através dos fundos imobiliários e do mercado financeiro forma-se uma nova articulação entre os setores industrial e imobiliário, posto que não se trata da construção dos edifícios para sua venda. Na realidade esse capital industrial/financeiro vai produzir os edifícios corporativos direcionados ao novo setor da economia, num momento em que as transformações do processo produtivo, diante das novas condições de competitividade

do mercado, tornam impossível a imobilização do capital na compra do imóvel, o que oneraria os custos de produção. Portanto, para continuar se reproduzindo o faz através da compra da terra urbana (que é o que vai se constituir no eixo empresarial e comercial) onde vamos encontrar as sedes das empresas. Portanto, o capital acumulado no processo industrial vai ser aplicado na produção de imóveis, mas com características precisas: a construção de edifícios inteligentes voltados para o setor de aluguel, em função das novas atividades econômicas. Do ponto de vista do solo urbano o processo atual exige a superação de sua condição de fixidez.

O Marco Zero do Planejamento municipal do Rio atualmente é “A Cidade Olímpica”. É a partir daí que se desenvolvem os investimentos e se planeja a cidade. Os projetos, além de impregnados de intencionalidade mercadológica são implementados de maneira verticalizada, sendo os canais de participação popular irrisórios que na prática não funcionam. Dessa maneira sua aprovação não leva em consideração a população residente, seu modo de vida não travando um diálogo e, em muitos casos, nem uma consulta prévia. Dois projetos recentes na AP4 no eixo Barra da Tijuca-Taquara-Curicica chamam atenção e serão problematizados a seguir: O projeto Barra Olímpica e os modais rodoviários BRT.

O projeto Barra Olímpica e o avanço da fronteira Imobiliária na AP4

A Zona Oeste, principalmente a Área de Planejamento 4 está no bojo dessas transformações urbanas não é a toa. Considerando que o Centro da Cidade, Zona Sul e boa parte da Barra da Tijuca já apresentam uma urbanização bem consolidada, a tendência é que a malha urbana siga sendo produzida e mercantilizada, dentro da lógica financeira, para áreas de ocupação mais esparsa, o que facilita não só o âmbito das construções em si, mas também os mecanismos de remoção de ocupações preexistentes para a construção em larga escala de condomínios residenciais e prédios de escritórios comerciais. PINTO (s/ data) nos trás como elemento de sua pesquisa o boom imobiliário na Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá, o que nos ajuda a compreender os níveis de crescimento de outros bairros da AP4 na atualidade:

Ocorre que essa lógica só se reproduz em espaços com grandes áreas ainda disponíveis. No caso da cidade do Rio de Janeiro, no atual momento, espaços que respondem às demandas da lógica financeira, se localizam em grande parte na zona oeste da cidade. (...) Assim, os espaços livres disponíveis, além de servirem para a efetivação da expansão da malha urbana da cidade, promoviam a reprodução do capital no espaço urbano carioca. (...) O fomento ao setor imobiliário ocorrido principalmente na década de 1970 na Barra da Tijuca e na Baixada de Jacarepaguá, fundou os pilares da construção massiva de edifícios residenciais nas décadas de 1980 e 1990

Nos moldes desse crescimento, podemos notar a expansão do mercado imobiliário no sentido Sul-Norte, se expandindo da Barra da Tijuca à Jacarepaguá chegando em Curicica. Na saída da serra Grajaú-Jacarepaguá é bastante marcado na paisagem o avanço do capital imobiliário. Diversos apartamentos em condomínios fechados, aluguel de escritórios ou mesmo placas de edificações que ainda não foram construídas compõem o cenário do bairro da Zona Oeste.

Em meio a essa conjuntura, é apresentado à Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro um projeto de lei nº 807/2010 de autoria do Vereador Carlo Caiado. O projeto tem como objetivo a criação de um novo bairro na interseção dos bairros da Barra da Tijuca, Camorim e Jacarepaguá. A justificativa apresentada no projeto diz respeito à recepção dos jogos olímpicos de 2016, como se a cidade fosse uma máquina de

expressividade e precisasse marcar no seu espaço-tempo a recepção do evento. Carlo Caiado justifica no projeto de lei:

A realização na Cidade do Rio de Janeiro de um evento da magnitude dos Jogos Olímpicos, em 2016, representará, não temos dúvida, um marco para toda a Cidade e nosso povo. Afinal, como se costuma dizer, os olhos do mundo estarão voltados para nossa terra, pois serão mostradas, a par dos eventos esportivos propriamente ditos, as incomparáveis belezas da Cidade. Esta, portanto, é uma oportunidade ímpar, que merece, e precisará, ser lembrada para sempre, de todas as maneiras possíveis. Daí a motivação para a presente iniciativa, que pretende registrar indelevelmente os Jogos Olímpicos da Cidade do Rio de Janeiro, que certamente se constituirão em um dos mais memoráveis Jogos Olímpicos de toda a história desse grandioso evento mundial.

Antes de se tornar Vereador, o parlamentar do Partido Democratas (DEM) atuou na subprefeitura da Barra da Tijuca e Jacarepaguá e foi também administrador regional do Recreio dos Bandeirantes. Nota-se aí uma tentativa de alinhamento político-legislativo com os interesses da especulação imobiliária e das empreiteiras para favorecer maximização dos lucros e a produção do espaço aos moldes do capitalismo financeiro. A região em questão para a construção do novo bairro conta com uma rica história de resistência de remanescentes quilombolas, pescadores e agricultores familiares que terão seus direitos feridos e, muito provavelmente, serão expulsas de seus locais de origem. O projeto de Lei foi parcialmente vetado na câmara, mas segue em tramitação.

BRT: Os Megaprojetos Viários da ‘Cidade Olímpica’

Com intuito de dinamizar o transporte de pessoas pela cidade, principalmente no período dos jogos olímpicos, três megaprojetos estão em execução no Rio de Janeiro. São chamados: Transcarioca, Transolímpica e Transoeste. Trata-se de grandes corredores viários de sistema BRT (*Bus Rapid Transit*) que conta com ônibus articulados que apresentam maior capacidade de passageiros que o ônibus comum. Boa parte dessas obras é financiada pelo Governo Federal e de responsabilidade da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, contando também com a iniciativa privada. Os eixos viários são implantados ora em vias já existentes (reformadas e/ou ampliadas), ora em novas vias, envolvendo também a construção de túneis, pontes, viadutos e mergulhões.

A Transoeste foi a primeira via inaugurada. O corredor BRT liga a Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes até Santa Cruz e Campo Grande. A Transcarioca passa por 27 bairros desde a Barra da Tijuca até a Ilha do Governador (Aeroporto Internacional Tom Jobim). São eles: Barra, Jacarepaguá, Curicica, Cidade de Deus, Taquara, Tanque, Praça Seca, Campinho, Madureira, Cascadura, Engenheiro Leal, Turiaçu, Vaz Lobo, Vicente de Carvalho, Irajá, Vila da Penha, Vila Kosmos, Brás de Pina, Penha Circular, Penha, Olaria, Ramos, Bonsucesso, Complexo do Alemão, Maré, Fundão e Galeão. Por fim a Transolímpica que vai cortar os bairros Magalhães Bastos, Curicica e Sulacap, fazendo ligação com a Transcarioca, em Curicica, e com a Transoeste, no Recreio dos Bandeirantes, além de se interligar a outros modais como os trens da Supervia, no bairro de Deodoro². A construção dessa infraestrutura não foge a realidade de como o poder público conduz seus projetos.

² Informações retiradas do site dos projetos da prefeitura: <http://www.cidadeolimpica.com.br>

A primeira problemática a se apresentar é a insistência da prefeitura em investir no transporte rodoviário. Embora afirmem que o sistema BRT é um transporte de massas, não se compara a capacidade transporte de pessoas quando comparado a trens e metrô. Além disso, as obras são superfaturadas e causam uma série de impactos por onde passam. Se o investimento fosse realizado no transporte subsuperfície, tais impactos seriam extremamente minimizados, ou até mesmo inexistentes. Mas não existe tal iniciativa. O que está em jogo são interesses econômicos de determinados setores. Além dos setores envolvidos diretamente como os empresários de ônibus, existe uma intencionalidade de transformação do espaço geográfico da região. É através desse conjunto de investimentos dessa transformação espacial que há a valorização do solo urbano, remoção de pessoas menos abastadas, etc.

Outro grande problema está na ausência de discussão com as populações atingidas pelos corredores viários. O projeto é autoritário, não havendo participação popular em sua elaboração. Com isso, inúmeras pessoas ficam a revelia, contando com remunerações nem sempre satisfatórias ou projetos de habitação populares extremamente precários, além de terem seus direitos feridos devido ao autoritarismo e desrespeito com que o poder público conduz o processo. É o que acontece com os moradores da comunidade Vila União no bairro Curicica. Cerca de 900 famílias que lá vivem foram notificadas de forma inesperada que seriam atingidas pelo traçado da Transolímpica.

2.2 VILA UNIÃO CURICICA

2.2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Como foi dito anteriormente, a comunidade Vila União de Curicica, localizada na zona Oeste da cidade, é alvo de ameaças de remoção. Devido a sua proximidade com o Parque Olímpico e por ser uma área de interesse à especulação imobiliária, a comunidade poderá ser extinta, dando lugar a grande via denominada Transolímpica, cujo trajeto fará a ligação entre os bairros da Barra da Tijuca e Deodoro.

Com quase 30 anos de existência e abarcando aproximadamente 1000 famílias, a Vila União já foi objeto de outros projetos de políticas públicas. Até recentemente, a localidade seria contemplada com obras do programa “Morar Carioca” que visava a urbanização da área. Tal projeto foi recebido com grande entusiasmo pelos moradores visto que foram prometidos investimentos em infraestrutura com enfoque na inclusão urbana e social. Vale destacar que o projeto pretendia ainda a regularização urbanística das comunidades. Atualmente, porém a Vila União de Curicica foi retirada do programa “Morar Carioca” e os moradores ameaçados de remoção poderão ser reassentados em apartamentos localizados em um bairro vizinho.

2.2.2 Estratégias do poder público

Em nome dos megaeventos e em alinhamento com os interesses de grandes empresas dos ramos imobiliário, de transportes e construção civil, o poder público

utiliza as remoções de comunidades como artifício recorrente para viabilização dos projetos urbanísticos da cidade. Foram mais de 700 casos de remoção para a construção dos BRTs Transoeste e Transcarioca e agora, para a construção do BRT Transolímpica estão previstas cerca de 800 famílias a serem removidas na Vila União Curicica.

Sabe-se que após a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada em 1948 pelos países que compõem a ONU, diversos tratados internacionais determinaram como responsabilidade dos Estados a promoção e proteção do direito à moradia. Desta forma, existem hoje normas internacionais que determinam como devem ocorrer remoções involuntárias decorrentes de projetos públicos e privados de infraestrutura e urbanização. Porém, no caso do Rio de Janeiro, observam-se constantes violações aos direitos das comunidades ameaçadas de remoção por parte da Prefeitura, como forma de agilizar e baratear o processo de saída das famílias.

São muitas as estratégias utilizadas pelo poder público para viabilizar as remoções e, seguindo o fluxo contrário dos acordos assinados junto à ONU, muitas delas revelam o caráter anti-democrático das decisões da Prefeitura no que diz respeito às reformas urbanísticas da cidade. Isto é, desde a elaboração do traçado até a demolição das casas, ações e decisões vem sendo tomadas de forma autoritária, sem a devida consulta popular, restando à comunidade apenas a opção de se adequar à situação, aceitando o que for oferecido pela Prefeitura, com pouca abertura para diálogo e negociação.

Em Curicica, são inúmeras as ações que contradizem a lei e entre as principais estratégias utilizadas pela Prefeitura está a falta de informações: não houve acesso ao projeto da BRT Transolímpica por parte dos moradores, nem tampouco foram informados sobre a data das demolições, que até hoje se encontra em aberto, agravando a sensação de pânico, insegurança e impotência dos atingidos. No posto de informações colocado na comunidade, prestava-se apenas o serviço de cadastramento dos moradores, facilitando o controle da prefeitura. A demolição de casas pouco a pouco também figura entre as ações da Prefeitura que contradizem as normas de remoções, fazendo com que os moradores vivam constantemente sob pressão e em contato com os escombros. Foi observada, também, a estratégia de cooptação de lideranças da Associação de Moradores da comunidade, que passaram a se apresentar lado a lado com o sub-prefeito Alex Costa, entre outros representantes da prefeitura, deixando de defender os interesses dos moradores ao se posicionarem a favor da remoção e da realocação em apartamentos do Programa Minha Casa Minha Vida. Desta forma, os moradores interessados em resistir perderam uma importante ferramenta de articulação de luta coletiva.

Em nome da prefeitura foram apresentadas três opções aos moradores: Indenização, Aluguel Social ou Apartamentos no Programa Minha Casa Minha Vida. Um dos maiores motivos de revolta entre os atingidos diz respeito às negociações frente às opções apresentadas pela Prefeitura e isto se dá devido a fatores como: ofertas de Indenização extremamente abaixo do valor de mercado; negociações individuais de indenização, com ofertas em diferentes valores; proposta de aluguel social por três meses no valor de quatrocentos reais (R\$ 400,00) - valor muito abaixo do mercado levando em consideração que o Rio de Janeiro figura entre as cidades mais caras do mundo -; apartamentos significativamente menores do que as casas dos moradores na comunidade; falta de informações acerca da disponibilidade de apartamentos para todos além da incerteza em relação ao tempo que os apartamentos levariam para ficarem prontos.

Entre casas marcadas com as iniciais da Secretaria Municipal de Habitação e relatos de tentativas de intimidação por parte do poder público, uma das práticas mais chocantes exercidas pela Prefeitura é a desassistência no que diz respeito a serviços

públicos básicos. Como forma de desestimular o movimento de resistência dos atingidos, serviços como coleta de lixo, manutenção de postes de luz e limpeza do valão estão sendo abandonados pela Prefeitura, numa clara tentativa de pressionar os moradores e “vencê-los pelo cansaço”.

Desta forma, pode-se afirmar que no contexto das remoções, o Estado tende – desde o início do processo- a se posicionar contra os interesses e necessidades da população, agravando o desespero das famílias através de estratégias autoritárias, ao invés de garantir que o processo ocorra de forma tranquila e democrática.

2.2.3 FORMAS DE RESISTÊNCIA

Levando em consideração o cenário das recentes remoções no Rio de Janeiro, constantemente marcadas por estratégias desleais e arbitrarias da Prefeitura, bem como a falta de informações e de abertura ao diálogo, resta aos moradores a incessante busca por formas de organização que possam fortalecê-los perante o poder público. Neste sentido, a luta de resistência vai muito além da simples união dos moradores em prol de um objetivo comum; como em toda luta é necessário identificar aliados, inimigos e estratégias. Em linhas gerais, os pontos fortes do processo de resistência dos moradores da Vila União Curicica se dão através da articulação com movimentos sociais e parlamentares cuja pauta já apresentava acúmulo na área dos direitos humanos e/ou luta contra remoções.

Diante das formas de articulação entre os moradores é importante destacar; a ocorrência de encontros constantes em reuniões para repasse de informações; a divisão de tarefas entre os militantes gerando o empoderamento de todos dentro do movimento; documentação em vídeo das reuniões mais importantes; identificação e documentação das casas ameaçadas através de fotografias, além da presença e constante divulgação do movimento nas redes sociais.

Entre as possibilidades de articulação com a sociedade civil organizada, na busca por apoio e visibilidade, podemos citar: a união com outros movimentos de resistência à remoção como a Vila Autódromo e Vila Indiana; a ligação com a Universidade, no caso de Curicica através da presença de alunos de Geografia da Universidade Federal Fluminense; a realização de atos em Curicica e a presença dos moradores em manifestações de rua, assim como o apoio a outros movimentos de resistência ligados aos megaventos como o ‘Ocupa Golfe’ e o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. Vale destacar a extrema importância da articulação com o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas, visto que se trata do segmento de um movimento nacional contra as violações de direitos humanos oriundas das políticas públicas destinadas aos megaeventos. A aproximação entre o Comitê e o Movimento Independente Popular de Curicica – como passou a ser chamado – foi responsável por dar destaque à luta de Curicica frente a tantos casos presentes no mapa de remoções da cidade. Não apenas isso, a articulação com um movimento desta dimensão foi responsável pela forte ampliação da rede de contatos e aliados da resistência, além de impulsionar a velocidade das conquistas reais do movimento.

Na busca por representatividade junto ao poder público, destacamos: a procura por parlamentares que possam representar o movimento dentro das Câmaras, desta forma foi estabelecido contato com diversos vereadores e deputados estaduais embora poucos tenham se comprometido com a causa, a exemplo do mandato da deputada

Janira Rocha (Psol), que prestou auxílio através de pronunciamentos na Câmara e assessoria com procedimentos padrões para solicitação de audiência pública. Outra frente de resistência neste contexto consiste na representação através da Defensoria Pública.

Com isso, é possível perceber a importância da manutenção de uma rede vasta e diversificada de aliados na luta de resistência, sejam eles representantes do governo, movimentos sociais ou membros da sociedade civil interessados na causa. Tal experiência, assim como as consequências da resistência, apenas reforça a crença na eficácia do empoderamento popular: uma vez unidos, não seremos ignorados, pois sabe-se que foi devido à ação e mobilização coletiva que o movimento despretencioso de Curicica logo tomou os jornais e chamou atenção da prefeitura.

2.2.4. CONSEQUÊNCIAS DA RESISTÊNCIA

O processo de remoção que atinge a Vila União Curicica está longe de alcançar seu desfecho e mesmo assim, é possível destacar situações resultantes da organização dos moradores. A partir da mobilização local os moradores tornaram públicas as violações dos direitos humanos e ganharam aliados em diversos setores anteriormente citados como a universidade, movimentos sociais e outras comunidades também ameaçadas de remoção. Entre avanços e impasses, o Movimento Independente de Curicica vem colhendo os frutos da resistência.

Entre as mais importantes consequências do processo de resistência, pode-se colocar a apresentação de um novo trajeto para a TransOlimpica. Em dezembro de 2014 a Prefeitura apresentou formalmente à comunidade a idéia de alterar o traçado da via, diminuindo drasticamente o número de famílias por ela atingidas. Porém, como foi dito anteriormente, a falta de informações claras é uma estratégia usada pela prefeitura para desarticular a mobilização e por isso, este novo trajeto apresentado foi recebido com cautela pelos moradores. Posteriormente, já em 2015, representantes da Prefeitura em contato com os moradores frisaram que a alteração do traçado original se trata apenas de uma possibilidade, e não uma certeza, apenas fortalecendo a ideia de que esta promessa pode ser apenas mais uma estratégia do poder público. Ainda assim, a simples abertura de diálogo entre prefeitura e moradores tratando do projeto da via já pode ser considerada uma vitória da pressão popular, que demonstrou resistência o suficiente para conquistar canais de diálogo com a prefeitura antes bastante precários.

Talvez o principal avanço colhido pela luta dos moradores é a Audiência Pública, a ser realizada assim que retornarem as atividades da Alerj em 2015. O evento é visto como uma excelente oportunidade de fazer pressão frente as autoridades e conquistar maiores avanços, uma vez que serão ouvidos diversos moradores da comunidade.

3. CONCLUSÃO

Dessa Forma, dada a complexidade que encontramos quando percebemos os múltiplos agentes produtores do espaço (e isso inclui os movimentos de contra-espço), é possível entender o espaço urbano carioca como um espaço político em boa parte de

suas relações. Esse espaço político, a cidade do Rio de Janeiro, é a junção sistêmica de vários espaços políticos que, muitas vezes em situação dialética, compõem a metrópole carioca.

A cidade são cidades, pois é plural, mas sua pluralidade, seu direito à diferença e o direito do povo, em sua diversidade, de transformar e organizar o espaço de acordo com suas necessidades e vontades coletivas é negado por um modelo cuja acumulação é o objetivo primordial. Esse objetivo, na visão dos agentes hegemônicos do espaço, não pode ser 'atrapalhado' pela população ou por qualquer movimento social. Assim, na cidade dominada pelo projeto neoliberal, cabe àqueles que ousam atrapalhar os agentes hegemônicos a disputa de uma outra alternativa de cidade.

Neste trabalho buscamos analisar as violações ao direito básico do ser humano que é a moradia e a resistência organizada dos moradores da Vila União Curicica. Iniciamos com uma análise em escala mais ampliada, por entender que esse roubo dos direitos básicos de moradia dos locais mais pobres faz parte de um processo histórico de acumulação capitalista. No caso das cidades que sediaram megaeventos, a expulsão dos mais pobres, principalmente por obras de infra-estrutura foram constantes. África do Sul, Índia e China deram exemplos de como somente a roupagem desses eventos foi democrática, pois na prática só participaram das decisões a parceria entre o Estado e as grandes empresas. No Rio de Janeiro não foi diferente. Para fazer da cidade o lugar perfeito para os investimentos privados a prefeitura não poupa esforços. Depois, fizemos uma análise espaço-temporal na área da cidade do Rio de Janeiro em que se encontra a Vila União. A Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro é atualmente a principal área de expansão do capital imobiliário, conseqüentemente de mudanças das formas e funções do espaço. Espaços com formas distintas do ideal de cidade moderna estão marcados pra morrer.

Porém, contra o modo hegemônico de produção do espaço, se dá a organização e luta dos moradores da Vila União Curicica, fortalecendo-se com parlamentares envolvidos com causas populares e democráticas e outros movimentos sociais. A organização tem sido fundamental no sentimento de pertencer à comunidade, valorizar a história de ocupação do lugar, que se confunde com a história individual de muitos dos moradores. As diversas reuniões e atos visivelmente aumentam o sentido de viver e se reconhecer como próximo dos que vivem próximo e se ver como um agente de transformação do espaço que necessita se organizar e resistir pra ter seus direitos básicos respeitados. Além da importância simbólica, os moradores já vislumbram num difícil contexto algumas "vitórias". A repercussão do caso na imprensa é notável. Na imprensa e nos dossiês de violações dos direitos humanos, a Vila União Curicica está presente. Uma audiência pública que acontecerá assim que retornarem as atividades na Alerj também é vista como um avanço, já que onde antes simplesmente iriam passar o trator, agora já notam que existe um grupo organizado e se fortalecendo cada vez mais. Talvez o avanço notado pelos moradores com maior ânimo, mesmo que sabendo da falta de transparência da prefeitura, seja a mudança do traçado do BRT, que embora o processo conheça idas e vindas e se dê em situação bem desfavorável, diminuiria pra 160 o número de famílias atingidas. Notar os resultados da resistência já trazem até novas ideias nas reuniões entre os moradores. Campanhas de arrecadação de alimentos para os mais necessitados do entorno, embelezamento e as melhorias dos problemas de infra-estrutura do lugar onde vivem é corrente nas falas. Apesar de os adversários nesse cenário serem muito bem articulados e contarem com muitos recursos, os exemplos que a história dos homens e mulheres de baixo que se organizam pra produzir seu espaço se fazem presentes. Sendo válido lembrarmos do grande educador brasileiro Paulo Freire, que não preocupado só em entender, mas também, e principalmente, em transformar o

mundo, ao dizer que: “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2011.

Câmara Municipal do Rio de Janeiro. **PROJETO DE LEI Nº 807/2010**. Disponível em:
<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro0711.nsf/012cfef1f272c0ec832566ec0018d831/1eadf96be23c54db83257808007546ae?OpenDocument> Acessado em: 19/09/2014

Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro. Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. 2014

LEFEBVRE, Henri. **“O Direito à Cidade”**. 1ª ed. São Paulo: Moraes, 1991.

MOLINA, Fábio Silveira. **MEGA-EVENTOS E REESTRUTURAÇÕES URBANAS NO RIO DE JANEIRO: A “PARIS DOS TRÓPICOS” E A “CIDADE OLÍMPICA”**. São Paulo. S.D. Disponível em:
http://megaeventos.etterm.ippur.ufrj.br/sites/default/files/artigos-cientificos/molina_f_mega_eventos_e_reestruturacoes_urbanas_no_rio_de_janeiro_0.pdf Acessado em: 07/09/2014.

PINTO, Antero Vinicius P. F. **AS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS NA ZONA OESTE DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO A PARTIR DE INVESTIMENTOS INFRAESTRUTURAIS E FINANCEIROS**. Rio de Janeiro. S.D Disponível em:
http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2014/relatorios_pdf/ccs/GEO/GEO-Antero%20Vinicius%20Portela%20Firmino%20Pinto.pdf Acessado em: 18/09/2014.

ROLNIK, Raquel. Megaeventos: direito à moradia em cidades à venda In: ROLNIK, Raquel, VAINER, Carlos, JENNINGS, Andrew *et AL*. **Brasil em jogo: O que fica da Copa e das Olimpíadas?** São Paulo: Boitempo, 2014.

ROLNIK Raquel (org.). Como atuar em projetos que envolvem despejos e remoções? Disponível em: https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2010/01/guia_portugues.pdf Acessado em: 10/01/2015

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano in: VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia, ARANTES, Otília **A cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos**. Petrópolis, Rio de Janeiro : Vozes, 2000.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método. Nobel**. São Paulo, 1991

Mais corte de linhas e o maior número de casas removidas para a instalação de BRTs que já houve (RJ) Disponível em: <https://pelamoradia.wordpress.com/2014/07/28/mais-corte-de-linhas-e-o-maior-numero-de-casas-removidas-para-a-instalacao-de-brts-que-ja-houve/> Acessado em: 13/12/2014

WALDRON, Ian. Pela moradia. 100 Moradores se Reúnem para Resistir às Remoções na Vila União de Curicica (RJ). Disponível em:

<https://pelamoradia.wordpress.com/2014/09/19/100-moradores-se-reunem-para-resistir-as-remocoes-na-vila-uniao-de-curicica-rj/> Acessado em: 10/09/2014

WALDRON, Ian Anúncio de Mudança na Rota do BRT TransOlimpica na Vila União de Curicica: Boa Notícia ou Cavalinho de Tróia? Disponível em: <http://rioonwatch.org.br/?p=13198> Acessado em: 02/12/2014

RIO ON WATCH. Ilha Pura: Exclusividade, Isolamento e Elitismo na “Sustentável” Futura Vila Olímpica, Disponível em: <http://rioonwatch.org.br/?p=12658> Acessado em: 22/08/2014

RIO ON WATCH. Ameaçados de Remoção, Moradores de Vila União de Curicica São Informados Que Não Há Moradia Para Todos. Disponível em: <http://rioonwatch.org.br/?p=12892>

COSTA, Cecília. Vila União de Curicica pede apoio à Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da ABI. Disponível em: <http://www.abi.org.br/moradores-de-vila-uniao-de-curicica-pedem-apoio-a-comissao-de-defesa-dos-dh-da-abi/>
Vila União De Curicica: da urbanização à remoção. Disponível em: <http://rio.portalpopulardacopa.org.br/?p=2799>

Moradores da Vila União em Curicica negociam remoções para a construção da Transolimpica no Rio. Disponível em: <http://blogdojacare.com.br/moradores-da-vila-uniao-em-curicica-negociam-remocoes-para-a-construcao-da-transolimpica-no-rio/>